



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante encontro com representantes das Centrais Sindicais da 4ª Marcha da Classe Trabalhadora

Palácio do Planalto, 05 de dezembro de 2007

Companheiros e companheiras dirigentes sindicais, sindicalistas e representantes das Centrais,

Meu companheiro Lupi, ministro do Trabalho,

Meu companheiro Marinho, ministro da Previdência,

Meu companheiro Dulci, ministro-chefe da Secretaria-Geral,

Meu caro companheiro Henrique da Silva, o Artur, presidente da CUT,

O nosso companheiro Antônio Fernandes Neto, presidente da CGTB,

O nosso companheiro José Calixto Ramos, presidente da Nova Central,

O nosso companheiro Wagner Gomes, presidente da CTB,

O deputado Roberto Santiago, vice-presidente da UGT,

O nosso companheiro João Carlos Gonçalves, vulgo Juruna, representante da Força Sindical,

Companheiros membros da delegação da CGT francesa,

Meus companheiros e minhas companheiras,

Primeiro, quero dizer para vocês do orgulho que eu tenho de ver que o movimento sindical brasileiro começa a compreender e começa a construir a atuação unitária e democrática na diversidade.

Esse é um dado extremamente importante. Pode ser que algum companheiro desta mesa aqui não goste de outro companheiro, ou pode ser que vocês, aqui, um não goste do outro, dependendo da cor ou da sigla da entidade. Agora, nós precisamos ter consciência de que em algum momento nós temos que encontrar um denominador comum maior do que as nossas



divergências, que possa ser a razão para eu me juntar com todos os companheiros, mesmo pensando diferente do ponto de vista da concepção sindical, e decidir: tem um ponto que nos une? É esse ponto que vai nos fazer ir para a rua juntos, é esse ponto que vai fazer a gente ir para ao Congresso Nacional, é esse ponto que vai fazer o presidente da República nos atender.

O que nós aprendemos ao longo da vida, e aqui tem gente muito nova e gente já da minha idade, é que o processo de conquistas, não no Brasil, mas no mundo inteiro, é um processo lento, é um processo de amadurecimento, é um processo difícil. Vejam que, muitas vezes, não adianta encurtar caminho. Muitas vezes, não dá certo. Vocês estão lembrados que agora houve um referendo na Venezuela e o “não” ganhou. E na proposta do “sim” tinha redução de jornada para seis horas.

Então, nós precisamos construir cada conquista, saber saboreá-la, para que as pessoas compreendam o sabor da conquista, enquanto a gente constrói uma outra conquista. Por que essas coisas que o Dulci anunciou aqui já não foram feitas? Não foram feitas ainda porque não estavam maduras dentro do governo, porque tem gente que pensa diferente, porque não estavam maduras na base do governo. E nós estamos construindo, agora, cada coisa importante que nós vamos votar.

Nós conversamos não apenas para unificar todos os ministros, porque senão é capaz de o Lupi apresentar uma proposta que o Marinho não gosta, o Marinho apresenta uma que a Dilma não gosta, a Dilma apresenta outra que o Guido Mantega não gosta. Quando tem divergência, a gente não constrói a política. Então, agora nós conquistamos a primazia de enviar para o Congresso Nacional, com a certeza de que vão passar no Congresso Nacional, coisas que até eu reivindicava quando era dirigente sindical.

Mas o que eu acho mais gratificante de tudo isso, companheiros, é a força da manifestação, porque tem gente que acha que a força de uma manifestação se apresenta pela quantidade de vidros quebrados, se apresenta



pela quantidade de palavrões que se fala, se apresenta pela quantidade de ofensas que se faz quando, na verdade, a gente pode fazer uma passeata, como vocês fizeram, uma caminhada. O Feijó não consegue mais fazer passeata, gordinho do jeito que ele está, desce do carro, anda dois minutos e já fica cansado. A gente vai percebendo que depois de fazer uma caminhada como esta, vocês deixaram em Brasília um saldo de que é possível fazer as coisas organizadas, de que é possível os dirigentes sindicais não perderem o controle das manifestações.

Eu vou contar uma coisa para vocês: uma vez, eu estava fazendo um discurso na Candelária, no Rio de Janeiro, na campanha de 1989 ou na campanha de 1994. Vocês sabem que numa campanha, quando a gente está percebendo que vai perder, a gente vai ficando mais radical e vai perdendo mais votos. Eu me lembro que desci do palanque, eu tinha feito um discurso, e ali na Candelária só tinha trabalhadores urbanos. Eu fiz um discurso dizendo: eu vou ganhar as eleições para fazer a reforma agrária ampla, geral e radical sob o controle dos trabalhadores. Escorria baba aqui, do canto da boca. Mas eu falei gritando. Quando eu desci do palanque, uma senhora, que naquela época deveria ter a idade que eu tenho hoje, portanto uma jovem senhora, falou assim: “Lula, não dá para você falar um pouquinho mais baixo? Do jeito que você fala, você me assusta. Se você falasse assim: “olha, eu quero fazer reforma agrária para melhorar a vida do povo todo”, eu entenderia. Agora, precisa colocar tantos adjetivos, como você colocou, e ser tão bravo?” Eu digo isso porque aqui em Brasília tem muitas manifestações. Graças a Deus, nesses cinco anos na Presidência, nós nunca tivemos nenhum incidente. Mas eu já participei de passeatas outras, em outros estados, em que muitas vezes o saldo que a gente queria conquistar, a gente não conquista porque a gente perde, porque algumas pessoas tentam utilizar aquilo para fazer qualquer manobra, qualquer coisa que não está sequer dentro da normatização que os companheiros organizadores fizeram.



Hoje, eu acho que não é pouca coisa o que vocês estão conquistando. Vocês vêm fazendo passeata, uma atrás da outra, cada vez crescendo mais, cada vez com mais gente, cada vez mais ordeira e, cada vez mais, as pessoas vão percebendo que vale a pena fazer isso. Ninguém precisa vir aqui fazer um discurso bravo, não. Todos os dirigentes sindicais vieram aqui da forma mais tranqüila possível, me tratando como companheiro, eu os tratando como companheiros, e entregaram uma pauta de reivindicação. Nós agora, vamos degustar essa pauta de reivindicação durante um tempo. Logo, logo, o ministro do Trabalho, o Marinho e o Dulci irão convocar vocês para uma reunião. Eu estou devendo um jantar para as direções das centrais sindicais. Agora tem mais um ministro cobrando, o Mangabeira Unger, que fez reunião com vocês e está entusiasmado para a gente fazer um jantar. Eu só não sei se haverá tempo de fazer esse jantar antes do Natal, porque eu estou com uma agenda internacional um pouco pesada, mas prometo a vocês que nós vamos fazer um jantar. Logo, logo, vocês serão chamados para a gente responder sobre essas questões de reivindicações que vocês colocaram aqui.

Eu quero apenas dar uma sugestão de uma coisa que eu penso há muito tempo, não penso de agora, e gostaria de dar a sugestão para os dirigentes sindicais. Primeiro, mesmo essa questão do fator previdenciário, meu caro, não tem nenhum tabu para não discutir isso. O que nós precisamos é encontrar um denominador comum que possa dizer: bom, nesse ponto aqui tem um ponto de equilíbrio, a gente pode fazer. Não é por acaso que o Marinho, que há pouco tempo era presidente da CUT e era favorável a gente discutir o fator previdenciário, hoje como ministro ele quer discutir, mas ele quer encontrar esse ponto de equilíbrio. Então não tem tabu para a gente discutir isso.

O que eu queria sugerir, companheiros das centrais sindicais? Eu acho que vocês poderiam aproveitar que nós vamos ter, no dia 1º de maio, uma grande manifestação de vocês no Brasil, e vocês transformarem a redução da



jornada de trabalho para 40 horas num projeto de lei de iniciativa popular. Eu sei que já tem projeto no Congresso Nacional. Essa não é uma tarefa fácil, vocês vão perceber que não é uma tarefa fácil a gente conseguir aprovar, vai ter que ter muita costura, muito trabalho, convencer muita gente. Mas eu penso que nós temos seis meses pela frente, ou cinco meses, para que a gente envolva os trabalhadores, de verdade, nessa questão. A gente se dedicar até o dia 1º de maio a colher mais de 1 milhão de assinaturas que precisa, para ser o segundo projeto de lei de iniciativa popular. Ora, se o movimento por moradia conseguiu mais de 1 milhão de assinaturas, há 13 anos, o que vocês não podem conseguir? E, obviamente, que isso chega com uma força... Mas eu não estou pensando nem nisso, companheiros, eu estou pensando é no processo de mobilização que vocês vão fazer no período em que vocês estão convocando os trabalhadores até o 1º de Maio. Eu queria dar como sugestão mas, de qualquer forma, isso estará na nossa mesa, na primeira reunião que a gente convocar para discutir a pauta que vocês apresentaram.

Todo mundo aqui sabe o que eu penso de hora extra, todo mundo aqui sabe o que eu penso e a importância que eu dou ao contrato coletivo de trabalho. Eu acho que parte dos problemas que nós vivemos na vida poderiam ser resolvidos nos contratos coletivos de trabalho. Mas, lamentavelmente, no Brasil nós ainda não avançamos para isso.

Quero comunicar a vocês que eu conversei com o companheiro Paim – o Senado já aprovou a questão das centrais sindicais, aprovou a questão do imposto sindical – ou seja, para tirar aquilo que foi aprovado porque aquilo, na minha opinião, foi um erro que muitos deputados cometeram porque nem sabiam o que iam votar, aquilo foi apresentado naquelas coisas de última hora. Eu acho inconcebível alguém... Todo mundo sabe o que eu penso de imposto sindical, não é segredo para ninguém, porque todo mundo aqui me conhece antes de eu ser presidente. Agora, é inconcebível, primeiro, tirar sem criar um tempo de transição ou alguma coisa que possa garantir ao movimento sindical,



sobretudo os sindicatos menores, sobreviver. Segundo, acabar para os trabalhadores e deixar para os empresários. Isso foi mudado, está voltando para a Câmara agora. Agora, nós vamos articular, companheiros, com a base do governo, com os líderes, para que a gente deixe todo mundo alerta, para ninguém ser pego de surpresa.

No mais, eu queria dizer para vocês o seguinte: a partir do dia 1º de janeiro nós temos três anos de governo pela frente. E eu sempre trabalhei com a idéia de que a marca de um governo não se dá pela quantidade de obras que um governo faz, é importante fazer as obras. Ela não se dá pela quantidade de reuniões que governo fez com o movimento social. Ela se dá pela mudança do padrão de relação entre Estado e sociedade e entre governo e movimento social.

Eu até falei para o Marinho, esses dias: eu não sei por que nós não mandamos logo a participação dos trabalhadores na direção das empresas, porque isso era uma coisa que nós pensamos em anunciar no dia 1º de maio do ano passado. A idéia era anunciar no dia 1º de maio do ano passado. Eu não sei onde foi parar a idéia e, de repente, a coisa não andou. Mas agora vai andar e nós vamos tomar a decisão, logo, de fazer para que o processo continue e a gente tenha dentro do conselho das principais empresas brasileiras, e de todas, um representante do trabalhador, como tem representante do empresário, como tem representante do governo, como tem representante de outros lugares. Por que não pode ter um representante dos trabalhadores? Eu estou olhando o (inaudível) aqui, mas porque o (inaudível) não pode ser representante do conselho da Petrobras? Está aposentado? Ah, então tá, aposentado não pode mesmo não, vai cuidar da sua vida – colocar um trabalhador eleito lá dentro da fábrica... – eu não sabia que você estava aposentado, tão novo assim.

Companheiros, eu queria dizer para vocês que nós temos muita coisa para fazer ainda. Eu penso que assim que começar o ano, não prometo para



vocês antes do Natal, porque a minha agenda está complicada, mas no começo do ano nós vamos nos sentar para começar a discutir essa pauta, vamos envolver os ministros todos nela para a gente dar mais um passo.

Queria pedir desculpas a vocês, eu ouvi aqui (inaudível), alguém dizendo que ficou quatro horas me esperando. Eu estou com a agenda hiperatrasada, eu estou como alguns aviões, ou seja, a agenda das 4h está sendo feita às 8h, a agenda das 6h30 vai ser feita às 9h, a última agenda, que é das 19h, vai ser feita às 10h. E a pessoa mais brava, que é a minha mulher, a agenda vai ser às 11h, às 11h30. Não foi por nenhum problema, a não ser entupimento de agenda, porque hoje eu tive o presidente de El Salvador aqui, depois eu tive o ato da Saúde. O programa da Saúde é um grande programa, é um extraordinário programa. Não sei se o Ministro da Saúde debateu com vocês, é uma coisa extremamente importante.

Eu pedi para o ministro Guido Mantega conversar com vocês e apresentar a proposta de reforma tributária que o governo quer fazer, porque essas coisas, se a gente não se preocupa, a gente fica passando a idéia de que reforma tributária é uma coisa que interessa apenas a empresários, a prefeitos e a governo. E os trabalhadores que trabalham, produzem riqueza e pagam, por que não discutem a política tributária? É nela que a gente pode fazer justiça. A política de tributos de um país é uma fonte extraordinária de distribuição de renda. Então, por que não discutir? Foi discutido, o Guido gostou da reunião, e nós vamos habituar, ou seja, a cada coisa que a gente vai fazer... Vai ouvir empresário? Vai. Vai ouvir prefeitos? Vai. Vai ouvir governadores? Vai. Agora, temos que ouvir os outros segmentos da sociedade, para que a gente tenha uma visão de conjunto do que pensa o Brasil, e não apenas alguns setores.

Vocês estão sabendo da batalha em que nós estamos aí, com a questão da CPMF. Na proposta que nós fizemos, a última proposta, a gente propôs isenção para quem ganha até 2 mil e 800 reais. Para a Saúde são 24 bilhões a



mais. Nós vamos levar, inclusive, médico para dentro da escola para consultar, pelo menos duas consultas por ano para as crianças, para fazer oftalmologia, para fazer otorrino, para a gente cuidar das nossas crianças dentro da escola.

Quando eu era pequeno, eu morava na Vila Carioca – quem é de São Paulo, sabe do que eu estou falando – estudava numa escola pública e lá tinha dentista. Por que o Brasil, agora, cresceu tanto e definhou essa coisa? As crianças, às vezes, têm um problema de visão e muitas vezes, como não dói o olho, as crianças estão com problema no olho, mas vão forçando o outro olho, vão enxergando... tem gente que vai descobrir que está com problema com 16, 17, 18 anos, quando poderia entrar na escola e no primeiro dia de aula fazer um teste, aquele da tabela, para ver um desenho e ver se está enxergando bem. Se não estiver, já cuida. Às vezes não se sabe porque a criança não está aprendendo. É porque ela não está enxergando direito as coisas que estão sendo escritas. Então, eu penso que nós estamos concretizando parte daquilo que foi a razão pela qual nós chegamos à Presidência da República.

Eu quero dizer para vocês que fui dirigente sindical durante muito tempo na minha vida e nunca vivi, como dirigente sindical, o momento que estamos vivendo hoje. Vocês podem pegar os últimos 15 anos e ver a geração de emprego. Nada se compara ao que está acontecendo nos últimos anos, sobretudo este ano. Até outubro já chegou a 1 milhão 820 mil empregados com carteira profissional assinada. Obviamente que tem o problema do *turn over*. *Turn over* é chique. Quando eu negociava, os empresários falavam “*turn over*”, mas na linguagem popular é rotatividade de mão-de-obra, ou seja, é a empresa mandar um trabalhador embora e contratar outro. Eu acho que a convenção pode ajudar a gente a resolver isso.

No mais, meus companheiros, que Deus leve vocês para casa com a mesma tranquilidade que os trouxe para cá, com a certeza de que das reivindicações que vocês fizeram, 50% o Dulci já anunciou que estão aceitas.

Um abraço e parabéns a todos vocês.



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
